

CEDI - P. I. B.
DATA 03, 05, 93
COD. 710 00 091

*Destruir a Terra é Destruir os
Filhos da Terra*

Em Defesa da Vida na Amazônia

DESTRUIR A TERRA É DESTRUIR OS FILHOS DA TERRA

Comunicado oficial do presidente do Cimi, dom Erwin Krautler, à 28ª Assembléia Geral da CNBB em Itaiçi (SP), realizada de 25 de abril a 4 de maio de 1990.

EM DEFESA DA VIDA NA AMAZÔNIA

Documento dos bispos dos Regionais Norte 1 e Norte 2 da CNBB em favor da preservação da vida na Amazônia.

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM 1989 E A REDUÇÃO DE SUAS TERRAS DURANTE O GOVERNO SARNEY

Levantamentos efetuados pelo Cimi sobre as agressões praticadas contra os índios em 1989 e as terras declaradas de ocupação e homologadas de 1985 a 1989.

EXPEDIENTE

Edição e publicação

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
SES Quadra 801 Conj. B
70401 Brasília DF

Cimi – Conselho Indigenista Missionário
SDS Edif. Venâncio III, salas 309 a 314
70084 Brasília DF

Edição de Texto, Fotos e Ilustrações

Eduardo Leão

Foto da Capa

Criança **Arara** (PA); Fritz Tschol

Ilustrações

Mariozan

Diagramação, Composição, Arte-Final e Impressão

Coronário Editora Gráfica Ltda.

Tiragem

2 mil exemplares

Brasília, junho de 1990

253
K9ld

KRAUTER, Erwin D. Destruir a Terra é Destruir os Filhos da Terra. Em Defesa da Vida na Amazônia por Bispos da Amazônia.

Brasília, CNBB-Cimi. 1990. 56 p.

1. Pastoral Indigenista 2. Meio Ambiente 3. Política Indigenista Oficial. I. Título II. Bispos do Brasil III. Cimi.

ÍNDICE

Apresentação	
Destruir a Terra é Destruir os Filhos da Terra	9
Em Defesa da Vida na Amazônia	23
A Violência Praticada Contra os Povos Indígenas em 1989	29
Terras Indígenas Declaradas de Ocupação – 1985 a 1989	53
Terras Indígenas Homologadas – 1985 a 1989	54
Florestas Nacionais Incidentes em Terras Indígenas – 1989	55
Áreas Destinadas ao Exército Localizadas em Terras Indígenas – 1989	56

APRESENTAÇÃO

Como tem feito em anos anteriores, dom Erwin Krautler, presidente do Cimi e bispo do Xingu, apresentou durante a última Assembléia Geral da CNBB, em Itaici (SP), seu pronunciamento sobre a atuação da Igreja Missionária junto aos povos indígenas no Brasil. O documento apresentado, "Destruir a Terra é Destruir os Filhos da Terra", e que abre esta publicação, mostra que no decorrer de 1989 os povos indígenas continuaram sem receber a devida atenção do governo Sarney, já em fim de mandato, apesar da violência cotidianamente praticada contra eles.

Essas violências não se restringiram a assassinatos, ameaças de morte e prisões arbitrárias. Foram praticadas também contra o meio ambiente onde habitam esses povos, cuja destruição afeta a todos nós. Mas nem o novo governo, lembra dom Erwin, apesar de seus dois meses de existência, mostrou ainda se pretende realizar alguma mudança na política indigenista oficial e reverter essa situação.

Ao pronunciamento de dom Erwin Krautler junta-se nesta publicação outro documento: "Em Defesa da Vida na Amazônia".

É o manifesto assinado pelos bispos dos Regionais Norte I e Norte II da CNBB no mês de fevereiro deste ano contra a destruição do meio ambiente na Amazônia. O texto é uma denúncia da destruição da floresta em favor de "um duvidoso progresso e de um desenvolvimento mal entendido".

Como declarou João Paulo II em sua mensagem do Dia Mundial da Paz, a 1º de janeiro último, "observa-se nos nossos dias uma consciência crescente de que a paz mundial está ameaçada, não apenas pela corrida aos armamentos, pelos conflitos regionais e por causa das injustiças que ainda existem no seio dos povos e entre as nações, mas também pela falta do respeito devido à natureza, pela desordenada exploração dos seus recursos e pela progressiva deterioração da qualidade de vida".

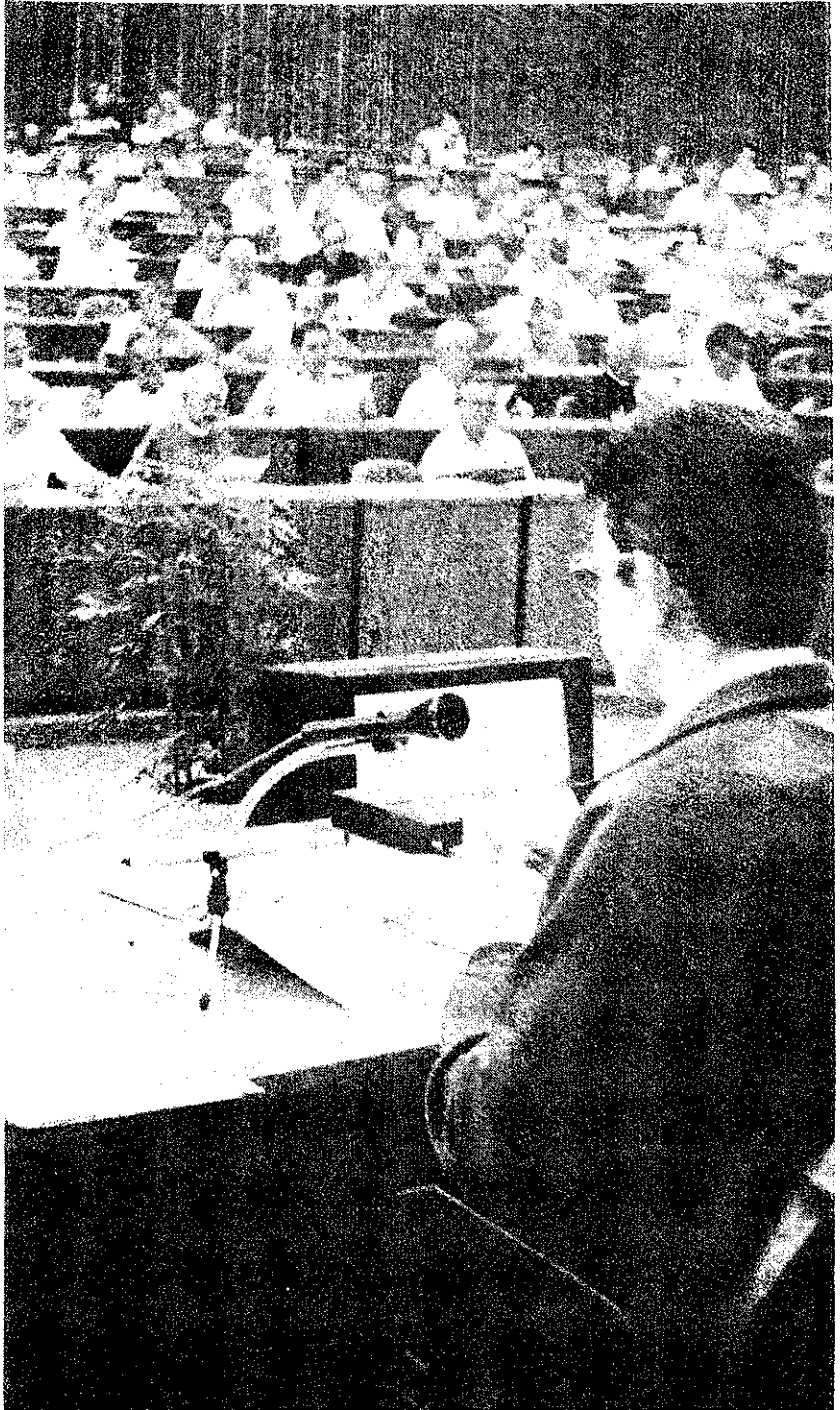
Acompanham os documentos, como anexo, enriquecendo-os substancialmente, os levantamentos preparados pelo Cimi sobre a violência contra os índios e a redução dos territórios indígenas.

Brasília, junho de 1990

+ *Paulo Ponte*

Dom Paulo Eduardo Andrade Ponte
Presidente em exercício da CNBB

**DESTRUIR A TERRA É DESTRUIR
OS FILHOS DA TERRA**



Friedel Kothen/Verbo Filmes

Dom Erwin Krautler durante seu pronunciamento à 28ª Assembléia da CNBB

INTRODUÇÃO

Em suas viagens para Lima, Andrés Nuningo, líder indígena do Conselho Aguaruna e Huambisa e Prefeito do Distrito do Rio Santiago, costumava fotografar as pessoas que via nas ruas da capital peruana se alimentando do lixo. Voltando à sua comunidade, mostrava os retratos e falava a seu povo: "Os que hoje se alimentam do lixo, tempos atrás pertenciam à comunidade indígena..."⁽¹⁾. O Huambisa que cata lixo em Lima, em Manaus pode ser um Tukano, em Salvador um Pataxó, em São Paulo um Guarani, em Porto Alegre um Kaingang.

Sem dúvida, a realidade atual das nossas cidades e mesmo do campo não apresenta um futuro desejável ou oferece um sentido promissor aos povos indígenas e a proposta, aberta ou veladamente defendida, de integrá-los na chamada "sociedade nacional" para "arrancá-los" de seu secular "atraso" e libertá-los "do cativeiro de seu primitivismo" não pode ser o "final feliz" de uma política indigenista responsável e muito menos um objetivo pastoral. A vida dos índios como povos distintos da sociedade majoritária, dentro do mesmo Estado Brasileiro, com cidadania plena como indivíduos e autodeterminados como povos, permanece como desafio político para o Governo recém-iniciado e exige o empenho de toda a sociedade. A vida está em jogo e quando se trata da vida ou morte de povos inteiros, a solidariedade deixa de ser um assunto interno. A solidariedade não conhece limites nem fronteiras.

Queremos responder a este desafio a partir de nossa opção de fé e do trabalho missionário. Conforme as diferentes situações históricas dos povos indígenas procuramos caminhos específicos de presença, de diálogo e anúncio da mensagem evangélica. Ao lutarmos por um caminho diferenciado para os povos indígenas, lutamos também por um caminho alternativo para a sociedade não-indígena. Não só a vida dos índios corre perigo. A vida

1) Cfr. Boletim Aidesep nº 19-20, abril 1988

ameaçada dos povos indígenas faz-nos hoje refletir sobre as ameaças que pairam em cima de todos nós e das futuras gerações. Descobrimos a conexão que existe entre o desrespeito à natureza, a depredação do meio ambiente e a destruição da vida humana, física e cultural. A extinção de um povo é consequência direta da devastação e de danos irreversíveis causados em seu habitat. Deus confiou ao homem sua criação como lar, mas o homem prevaricou a obra do Criador degradando-a a um depósito a ser saqueado em tresloucada corrida às prateleiras para satisfazer sua ganância e ambição sem deixar nada a quem vier depois, a não ser a "abominação da desolação"⁽²⁾.

Talvez alguém de nossa sociedade deva percorrer o caminho inverso do líder Huambisa e mostrar a seus filhos fotografias de uma aldeia indígena e advertir seus contemporâneos que tão orgulhosamente se autot classificam de "civilizados": "Vejam só as consequências de nosso progresso e desenvolvimento! O que outrora era de todos – rios de água cristalina, terras férteis, selvas exuberantes, a polifonia dos pássaros, o ar saudável e puro e sobretudo o sorriso aberto e espontâneo que tanto caracteriza as aldeias indígenas – tudo isso agora já é privilégio de cada vez menos gente!"

1 – A QUESTÃO INDÍGENA E AS ELEIÇÕES: A SOLUÇÃO ADIADA.

Os últimos sete meses foram um marco na história do Brasil. As eleições para Presidente da República, depois de quase trinta anos de abstenção involuntária, mobilizaram o povo, possibilitaram a explicitação de diversos projetos políticos e revivificaram o civismo. Dentro das limitações circunstanciais, o povo debateu as idéias, participou da campanha e elegeu o novo Presidente do Brasil.

Por outro lado, assistimos à patética retirada do Governo em final de mandato. Seguro da impunidade, às vésperas da posse do novo mandatário, o Governo desobrigou-se de qualquer esforço para redimir o descaso para com a Constituição Federal desde que foi solenemente promulgada.

Neste clima de fim de Governo, em meio à insensibilidade que marcou a gestão de José Sarney e com o envolvimento da sociedade nas eleições, os povos indígenas ficaram sem atenção aos seus problemas, cuja solução ficou legada como responsabilidade para o Governo que entrou.

A população total dos povos indígenas no Brasil não constitui um eleitorado significativo. Portanto, apenas os candidatos que consideravam a dimensão ética da questão indígena incluíram alguma proposta em seus programas. Num balanço feito pelo "Jornal de Opinião" de Belo Horizonte ⁽³⁾, a

2) Cfr. Mt 24, 15

3) "Jornal de Opinião", publicação católica de Belo Horizonte, 2ª quinzena de novembro 1989

maioria dos candidatos com chances de chegar ao segundo turno pronunciou-se apenas com generalidades sobre o assunto. No horário gratuito de propaganda eleitoral, os índios sequer foram mencionados.

Em sua VIII Assembléia Geral, o CIMI aprovou o documento "Por uma Nova Política Indigenista – Programa Mínimo aos Candidatos à Presidência da República"⁴⁾ que foi enviado a todos os candidatos. Infelizmente, porém, não houve um debate sobre a situação dos povos indígenas que se agravou notavelmente durante a "Nova República".

O caso dos Yanomami e o dos Uru-Eu-Uau-Uau são dramáticos paradigmas da atuação governamental nos últimos meses antes da posse do Presidente eleito. No primeiro, após afirmar, em cadeia de rádio e televisão, que cumpriria a ordem judicial de retirar os garimpeiros que invadiram a terra indígena – o que tem causado aos Yanomami a morte de aproximadamente 15% de sua população, nos últimos dois anos – o Presidente Sarney voltou atrás e assinou decretos que mantêm os garimpeiros dentro da área interdita pela Justiça. No caso dos Uru-Eu-Uau-Uau, cujas terras foram delimitadas por pressão de bancos multilaterais que financiam o Polonoroeste, o Presidente Sarney, às vésperas de passar o cargo, editou decreto que anula a delimitação anterior, mantendo a terra dos índios apenas interdita para novos estudos. Tudo isso, para atender aos interesses de um deputado estadual, pretense proprietário de seringais localizados na região.⁵⁾



Esta violência não se limitou aos últimos meses. Na realidade, é a tônica de todo o mandato do Presidente Sarney. O CIMI fez uma avaliação da

4) Cf. PORANTIM nº 122, outubro 1989

5) Cf. PORANTIM nº 125, janeiro-fevereiro 1990

política indigenista do Governo Sarney concluindo que se tratou de “estratégias premeditadas para acelerar a desintegração das estruturas sócio-culturais dos povos indígenas”⁶⁾.

De fato, foram diminuídos os recursos para os serviços assistenciais a cargo da FUNAI, gerando um quadro de carência que tornou os índios presa fácil de madeireiras, empresários de garimpo, mineradoras e outros. A corrupção da FUNAI tornou-se pública quando foram divulgados os contratos ilegais de exploração de madeira em áreas indígenas – depois sustados por decisão judicial – assinados pelo próprio presidente do órgão. Tais manobras levaram ministros do Tribunal de Contas da União até a propôr a extinção da FUNAI⁷⁾. A imprensa também divulgou o envolvimento de policiais e militares na exploração ilegal de minérios na terra Yanomami⁸⁾. É deveras ilustrativo o balanço da situação jurídica das terras indígenas, feito com base em documentos da própria FUNAI. Considerando as propostas de demarcação do órgão oficial, o Governo Sarney, ao estabelecer os limites das 59 áreas delimitadas até o final de 1989, reduziu as terras indígenas em 42,5%. No Alto Rio Negro, a redução foi de 59,5% e dos Yanomami subtraíram-se 76,4% das terras. Ambos os casos situam-se na área de atuação prioritária do Projeto Calha Norte.

O caráter etnocida desta política atendeu não só aos interesses econômicos e eleitoreiros, mas principalmente às diretrizes da Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, depois Secretaria de Assessoramento para a Defesa Nacional (Saden). Para a Saden, os índios eram uma ameaça permanente à soberania nacional e para neutralizar tal ameaça julgou-se como medida mais adequada retirar aos índios as condições para manterem-se como povos diferenciados.

É este o legado recebido pelo Presidente Fernando Collor de Mello no dia de sua posse. Urgem medidas enérgicas para corrigir as distorções do passado. Entretanto, sobre a política indigenista quase nada foi dito até agora, nem feito. A FUNAI foi deslocada do Ministério do Interior para o Ministério da Justiça – em princípio, uma atitude correta, mas vazia de maiores conteúdos. Preocupa-se o fato de que o ministro da Justiça, Bernardo Cabral, tenha servido docilmente aos interesses das mineradoras privadas e da Secretaria-Geral do extinto Conselho de Segurança Nacional, quando era relator da Constituinte⁹⁾.

O Presidente Collor substituiu também o governador de Roraima, Romero Jucá Filho, conhecido como inimigo declarado dos índios desde

6) “A Política indigenista do Governo Sarney”, cfr. PORANTIM nº 125, janeiro-fevereiro 1990

7) Processo TCU 014.821/87-7, DOU 15 de janeiro de 1990

8) Cfr. Jornal do Brasil, 14 de janeiro de 1990

9) “A verdadeira Conspiração Contra os Povos Indígenas, a Igreja e o Brasil”, CNBB-CIMI, outubro 1987

quando foi presidente da FUNAI. Mas o novo governador nomeado, Rubens Villar, manifestou-se favorável à revisão dos limites da terra dos Yanomami, para permitir a permanência dos garimpeiros (10).

Enfim, a tendência liberalizante proposta para a economia cria também fundados receios de que se intensifique a corrida às terras e riquezas dos índios, o que significaria a continuação dos conflitos e da violência.



II – A DESTRUIÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Não somente os Índios e suas terras são atingidos por todo tipo de violência. O meio ambiente todo, especialmente na Amazônia, continua sendo agredido violentamente. Nossos rios estão poluídos pelo mercúrio a partir dos garimpos. Calcula-se que mais de 140 mil quilos de mercúrio são jogados anualmente nos rios da Amazônia. Põe-se em risco imediato de aniquilação a flora e a fauna aquáticas e cria-se já a curto prazo uma terrível ameaça para a saúde humana. A cada ano, milhares de quilômetros quadrados de floresta tropical são incinerados. As queimadas transformam esta região, em determinadas épocas do ano, numa imensa fogueira(11). Em Rondônia estima-se que se queimava, a cada minuto, uma extensão de floresta equivalente a um campo de futebol(12). O quadro de destruição da Amazônia, quer pelo simples desmatamento e exploração madeireira, quer

10) Cfr. PORANTIM nº 126, março 1990

11) Cfr. por exemplo, Philip M. Fearnside, do INPA, em "Tempo e Presença" nº 244/245 agosto-setembro 1989

12) Cfr. VEJA, 05 de julho de 1989

pelas queimadas, é fruto de uma mistura de irresponsabilidade com a ignorância que está armando um sem-número de bombas de efeito retardado.

Os protestos não tardaram, dentro e fora do Brasil. A opinião pública mundial começou a tomar conhecimento, em toda a sua plenitude, da tragédia de que a Amazônia brasileira é palco nos últimos anos. O Governo passado preferiu, porém, acusar a todos, indistintamente, de estarem conspirando contra a soberania brasileira e colocou a política ambiental sob controle direto da Saden através do programa "Nossa Natureza". No entanto, pouco ou nada se fez de concreto⁽¹³⁾.

A nomeação de José Lutzenberger como secretário especial do Meio Ambiente foi acolhida com simpatia em nível nacional e internacional. Mesmo assim, causa preocupação o esvaziamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que era o órgão superior para a política ambiental, com assentos para a sociedade civil. Além disso, atribuiu-se à nova Secretaria de Assuntos Estratégicos papel protagônico na condução desta política⁽¹⁴⁾, mantendo-se, portanto, a prevalência da ótica de "segurança nacional" na administração dos problemas ambientais.

De uma coisa podemos estar certos: se não forem implementadas medidas adequadas para reverter a situação atual, nós todos deveremos estar preparados para um julgamento rigoroso da parte das futuras gerações. Só que qualquer julgamento no futuro não conseguirá anular os efeitos da irresponsabilidade e ignorância desta geração pilhante e arrasadora.

Sabemos hoje que, ao defendermos os povos indígenas e seu habitat, estamos defendendo o futuro dos filhos, netos e bisnetos desta geração. Ao protegermos a terra, o saber e a vida dos Yanomami, por exemplo, ao protegermos seus rios do mercúrio dos garimpos, suas matas da moto-serra das empresas madeireiras, suas terras da inundação das hidrelétricas, a sua vida alegre da "participação de lucros" gerada por sua destruição, estamos lutando pelo futuro do Brasil. A primeira e nova evangelização que atesta aos povos indígenas que o seu jeito de viver tem futuro defende uma vida digna para toda a nação brasileira. Este "jeito de viver indígena", porém, só se realiza na terra própria, suficiente e garantida pelos demais.

A conexão entre a destruição da vida humana, das invenções culturais dos povos e do seu meio ambiente se evidencia muito claramente na própria conquista das Américas. A conquista do México, por exemplo, não só destruiu povos e culturas, destruiu também o meio ambiente dos centros populacionais indígenas. O desaguamento do lago de Tenochtitlan, no México dos conquistadores, a substituição da agricultura dos Aztecas pela agropecuária e o plantio extensivo de cereais transformaram o Vale do México já antes da industrialização num semi-deserto. A destruição da natureza trabalhada, do meio ambiente culturalmente assumido, corroeu a base da sociedade indígena, as formas de organização de sua produção e a base agrí-

13) Cfr. Carta Circular da União Protetora do Ambiente Natural, abril de 1990

14) Cfr. Medida Provisória nº 150 e Decreto nº 99.180, ambos de 15 de março de 1990

cola de sua cultura. A destruição ambiental e cultural é o complemento do genocídio propriamente dito por doenças, ações militares e trabalho forçado que degradou o ser humano à “matéria prima” e a uma “peça” descartável. Cinco milhões de indígenas habitavam o Vale do México antes da Conquista. Em meados do século XVIII já estavam reduzidos a um milhão. Bartolomé de Las Casas, o crítico mais radical da Conquista, nos relata que “de três milhões de almas que havia na ilha Espanhola e que nós vimos, não há hoje de seus naturais habitantes nem duzentas pessoas. A ilha de Cuba, que tem de comprimento a distância que vai de Valladolid a Roma, está hoje como deserta”⁽¹⁵⁾.



Desde a conquista das Américas observamos a sinistra concatenação entre a destruição da vida humana, a destruição da cultura dos diferentes povos e a destruição de seu meio ambiente. Nesta longa história dos 500 anos de evangelização aprendemos que não é possível defender isoladamente a sobrevivência física dos povos indígenas, despreocupando-se da defesa de sua cultura e de seu meio ambiente. Temos consciência do estreito vínculo entre Vida – Cultura – Meio Ambiente não somente com o Evangelho, como mensagem de vida, mas também com a racionalidade do ser humano. A destruição da vida, cultura e do meio ambiente pelos conquistadores não foi só antievangélica, mas também irracional. E, procedendo contra a racionalidade, agiram contra seus próprios fins. A maioria dos conquistadores logo empobreceu e os países da conquista latino-americana, Espanha e Portugal, já no século XVIII se encontram entre os países mais pobres da Europa.

Quem realmente ama o seu país e seus habitantes, necessariamente terá que se perguntar hoje:

15) Bartolomé de Las Casas, Brevíssima Relação da Destruição das Índias. O Paraíso destruído. Ed. L&PM, Porto Alegre, 1984, página 28.

Qual é – numa relação de custo-benefício – o benefício de uma hidrelétrica como Balbina ou Tucuruí?

Quem é de fato beneficiado com a extração do ouro nos garimpos nas terras dos Kaiapó ou dos Yanomami?

Que melhoramentos nos advieram com os projetos na área de Carajás com a produção de ferro-gusa e a irresponsável devastação da floresta Amazônica?

Os fazendeiros beneficiados com a construção da BR-364 que atravessa o antigo território dos Nambikwara a quem deixou na miséria, contribuíram em alguma coisa para o bem-estar do povo?

Para onde vão os milhões e milhões de metros cúbicos de mogno e de outras madeiras de lei, arrancados da hiléia amazônica até se esgotarem as espécies? Que retorno tem a população da Amazônia? Onde parou a riqueza que no início do século representava a madeira das áreas indígenas no Sul do país?

E as funestas queimadas para transformar a selva milenar em pastagens para o gado? O que o nosso povo logrou com esta investida? Tem mais acesso à carne e ao leite e melhorou sua dieta?

A questão do meio ambiente é hoje sinônimo da defesa da racionalidade e da vida das futuras gerações. Para nós a questão ecológica é ao mesmo tempo uma questão social, política e teológica. Defendemos, por exemplo, a selva amazônica. A questão ecológica, neste sentido, é um sinal do tempo, um sinal de Deus no tempo, capaz de articular nossa fé com uma solidariedade que vai muito além das fronteiras de cada povo ou nação.

A solidariedade humana, conforme o Concílio Vaticano II, tem a sua raiz teológica na encarnação de Jesus Cristo⁽¹⁶⁾. Jesus articula a primeira criação com a “criação nova”⁽¹⁷⁾. A primeira criação se tornou história da salvação na Aliança de Deus com Israel. A criação – criação do homem, da natureza e do cosmo – é o pressuposto da história da salvação. O meio ambiente é o pressuposto da libertação. Os povos indígenas se salvam somente com a natureza. Sem a terra, sem os rios e sem as matas não há “boa notícia” para os povos indígenas.

III – SOLIDARIEDADE AOS POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA

Na última Assembléia Geral do CIMI foi aprovada como uma das prioridades de nosso trabalho o “aprofundamento da dimensão continental da causa indígena”. Cumprindo com esta deliberação lembramos a situação de povos indígenas em outros países da América Latina que neste momento sofrem de maneira mais intensa os mais variados tipos de violência.

16) Constituição Pastoral “Gaudim et Spes”, nº 31 e 32
17) 2 Co 5,17

Chama-nos especial atenção a trágica realidade dos Índios na Guatemala. Apesar de serem 65% da população, eles são tratados como estranhos em sua própria Pátria. O terrorismo de Estado levou cerca de 200 mil

Comité Cristiano de Solidaridad



O terrorismo de Estado na Guatemala levou quase 200 mil Índios a se refugiarem em outros países

guatemaltecos, a maioria deles Índios, a se refugiarem nos países vizinhos, sem nenhuma perspectiva de retorno imediato. O grito do Profeta Isaías "Buscai o direito, corrigi o opressor! Fazei justiça ao órfão, defendei a causa da viúva!" ⁽¹⁸⁾ torna-se imperativo particularmente concreto para uma Igreja que se prepara para comemorar 500 anos de Evangelização. Importa identificar os verdadeiros opressores em nível internacional e denunciar seus mecanismos de morte. Na Guatemala de hoje são mais de 300 mil as viúvas e outras centenas de milhares as crianças órfãs.

Em nome da luta contra o narcotráfico, Índios e camponeses da Colômbia, do Peru e da Bolívia são vítimas constantes das violências policiais e militares e também dos ataques praticados pelos próprios traficantes. A Igreja não pode fechar seus olhos diante de tanta dor. Sua solidariedade tem que assumir dimensões continentais.

IV – AS INICIATIVAS DO CIMI

O CIMI realizou em agosto de 1989 sua VIII Assembléia Geral com o tema "Ação Missionária junto aos Povos Indígenas no Atual Contexto Histórico". Reunindo mais de 100 missionários de todo o País e contando com a

18) Is 1,17

presença de vários bispos, esta Assembléia afirmou que os desafios presentes na conjuntura atual e também no marco das celebrações em torno dos 500 anos da chegada dos europeus neste Continente exigem um empenho especial e permanente na descoberta, formulação e implementação de estratégias que despertem, mobilizem e comprometam o conjunto da Igreja. A mesma Assembléia aprovou como prioridades e linhas de ação:

- o apoio à organização dos povos indígenas em todos os níveis;
- a conquista e garantia das terras indígenas;
- as alianças entre os povos indígenas e a sociedade brasileira;
- o aprofundamento da dimensão continental da causa indígena;
- a Evangelização autocrítica, inculturada e libertadora;
- a formação de missionários.

Buscando uma melhor preparação dos missionários para a difícil tarefa junto aos povos indígenas, o CIMI ofereceu em janeiro deste ano um curso de formação básica com duração de 21 dias para cerca de 30 missionários. Cursos como este são previstos também para os próximos anos. O problema da Evangelização e inculturação mereceu atenção especial. Teólogos, pastoralistas e missionários reuniram-se em várias regiões do País para semana de estudo e aprofundamento de uma questão tão importante para a pastoral indigenista, hoje.

Em trabalho conjunto do CIMI com os setores de pastoral indigenista das conferências episcopais de outros Países e com o Clai (Conselho Latino-americano de Igrejas), foram realizados cinco cursos ecumênicos nas diversas regiões da América Latina no intuito de contribuir na reflexão sobre a problemática das celebrações do V Centenário.

O CIMI continua a apoiar direta e constantemente as iniciativas de mobilização dos diversos povos e organizações indígenas. Destacamos dois eventos que se revestiram de grande importância. Em setembro de 1989, 350 líderes indígenas, representando 76 povos e 14 organizações indígenas de todo o País, foram à Brasília para participar da maior manifestação em defesa da vida de um povo – o Povo Yanomami – da história. Em meados de abril deste ano, as organizações indígenas da Amazônia realizaram sua II Assembléia Geral em Manaus com a presença de 174 líderes indígenas, representando 30 povos e 20 organizações indígenas. Estes e outros encontros regionais evidenciam o avanço na articulação e na busca de alianças entre as comunidades indígenas.

Estas iniciativas são e foram importantes, mas não espelham todo o engajamento e o empenho da Igreja Missionária. Nossos agentes de pastoral encontram-se nas áreas indígenas e seu labor cotidiano e sua dedicação abnegada e generosa, Deus os conhece. Há missionários, leigos e religiosos que desde muitos anos despendem o melhor de seu esforço na pastoral indigenista e, numa dimensão de evangélica solidariedade, consagraram sua vida a tão nobre causa, encontrando nos rostos dos Índios as feições concretíssimas de Cristo, o Senhor, que sempre nos questiona e interpela⁽¹⁹⁾.

19) Cfr Documento de Puebla, nº 31

CONCLUSÃO

Tudo que Deus criou e abençoou no início dos tempos é historicamente assumido por Jesus Cristo. Ele representa a “plenitude dos tempos”⁽²⁰⁾, não no triunfo do poder, mas na desfiguração do “servo sofredor”. A Páscoa é passagem pelo vale da morte à ressurreição. A Nova Criação, Redenção, Libertação e Solidariedade são trespassadas pela **kenosis**, a entrega e o despojamento total.

No Deutero-Isaías (Is 40-55) encontramos a compreensão histórico-salvífica da obra da criação. É o exílio. Frente à supremacia esmagadora de um império mundial, Israel recorre a Javé. Onde a história nega as evidências da presença de Deus, o povo confirma sua fé no poder redentor de Javé por causa de sua ação primordial criadora. “Teu esposo (e senhor) é teu criador, e teu redentor chama-se ‘o Deus de toda a terra’ ”⁽²¹⁾. A evangelização indígena passa pelo anúncio deste “Deus de toda a terra” contra os ídolos que não cessam de usurpá-la. Entendemos a nossa missão junto aos povos indígenas como missão do “servo de Javé” que leva às nações a “verdadeira religião”⁽²²⁾. “Ele não grita, nunca eleva a voz, não clama nas ruas. Não quebrará o caniço rachado, não extinguirá a mecha que ainda fumega. Anunciará com toda a franqueza a verdadeira religião; não desanimará, nem desfalecerá, até que tenha estabelecido a verdadeira religião sobre a terra, e até que as ilhas desejem seus ensinamentos.”⁽²³⁾

Quero lembrar neste momento duas pessoas que de uma maneira toda especial representaram para nós “o servo sofredor” em relação à causa indígena. Ainda no dia 22 de fevereiro passado, a Diretoria do CIMI estava reunida à noite com dom Luciano. Foi o último compromisso do Presidente da CNBB antes de partir de Brasília. No outro dia aconteceu o acidente e dom Luciano ficou por semanas entre a vida e a morte. O Brasil inteiro rezou por dom Luciano e Deus lhe conservou a vida. Quando no dia 15 de março tive a felicidade de visitá-lo no hospital e emocionado pude apertar sua mão, ele me disse: “Vivo uma experiência profunda de sofrimento, mas ofereço tudo pela Igreja no Brasil e pelos povos indígenas que amo com tanto carinho!” Vi naquele momento no rosto de dom Luciano os traços do “servo sofredor”, “homem das dores, experimentado nos sofrimentos”⁽²⁴⁾ e acreditei na força redentora de toda esta paixão.

20) Cfr Gl 4,4

21) Is 54,5

22) Em Is 42,1-4 a palavra original é “Mispat”, que uns traduzem como “verdadeira religião”, outros como “juízo”, outros ainda como “justiça” ou “paz”. “Mispat” significa tudo isso: é “religião” no sentido original e integral.

23) Is 42, 1-4

24) Is 53,3

No dia 11 de março de 1990 morreu Viviane Guimarães Rezende, missionária leiga na Prelazia de Tefé. Socióloga e professora, abandonou em 1986 o magistério no Paraná, seu Estado de origem, para dedicar-se aos índios Katukina e Kanamari, na região do Rio Jutai, no Estado do Amazonas. Os Katukina já sofreram de muitas doenças. Muitos morreram no passado em consequência de epidemias, que algumas vezes mataram quase todas as crianças. Hoje mesmo, há muitos deles morrendo de malária ⁽²⁵⁾. Viviane orientou um programa de vacinação a que se dedicou com tanta abnegação que mesmo tendo contraído forte malária se preocupou mais com a aplicação das vacinas do que com seu próprio estado gravíssimo de saúde. Morreu com 28 anos de idade, vítima da doença que ceifou a vida de tantos índios, mais vítima ainda de sua doação aos índios. Quem não recorda neste momento as palavras de Jesus: "Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos"⁽²⁶⁾.

A experiência profunda de sofrimento vivida por Dom Luciano e a morte de Viviane são passagens pelo calvário à ressurreição. A morte e violência sofridas por tantos índios, as epidemias que ceifam suas vidas, os rios poluídos e terras deterioradas ou inundadas que ameaçam a sobrevivência de povos inteiros são a Paixão indígena de Cristo em nossos dias. Na Páscoa celebramos a vitória da vida sobre a morte e acreditamos que a pedra do sofrimento, da angústia e do desespero um dia seja removida definitivamente, para que possa brilhar a luz da esperança para os povos indígenas e todos os povos da terra.

Altamira, 15 de abril de 1990
Páscoa da Ressurreição

+ Erwin Krautler
Bispo do Xingu
Presidente do CIMI

25) Cfr Carta Circular assinada por dom Mário Clemente Neto, bispo de Tefé, e Doris Kieslich, da Pastoral Indigenista de Tefé, 15 de março de 1990

26) Jo 15, 13

EM DEFESA DA VIDA NA AMAZÔNIA

1. Nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro de 1990, nós, bispos e coordenadores de Pastoral das dioceses e prelazias da Amazônia (Regionais Norte I e Norte II da CNBB), nos reunimos em Belém para partilharmos uma preocupação que nos atinge a todos: a destruição do meio ambiente na Amazônia.

2. Nós acreditamos que o nosso Deus é o Deus da Vida, o Pai e Criador de todas as coisas, que ordenou toda a criação para o homem e para a mulher, feitos à sua imagem e semelhança (cf. Gn 1,26). Esta nossa fé no Deus da Vida nos inspira a tomarmos posição contra todos os semeadores de morte, "pois, Deus não fez a morte nem tem prazer de destruir os viventes" (Sb 1,13).

3. Semeadores de morte são todos aqueles que agredem de forma violenta e irracional a natureza, destruindo as florestas, envenenando os rios, poluindo a atmosfera e matando povos inteiros.

4. Semeadores de morte são aqueles que defendem, sustentam e implantam projetos que causam danos irreparáveis ao meio ambiente, espaço vital de todas as criaturas.

5. Semeadores de morte são também aqueles que usam o garimpo para encobrir o tráfico de drogas e conseguem "limpar" rios de dinheiro para satisfazer sua ganância e ambição política.

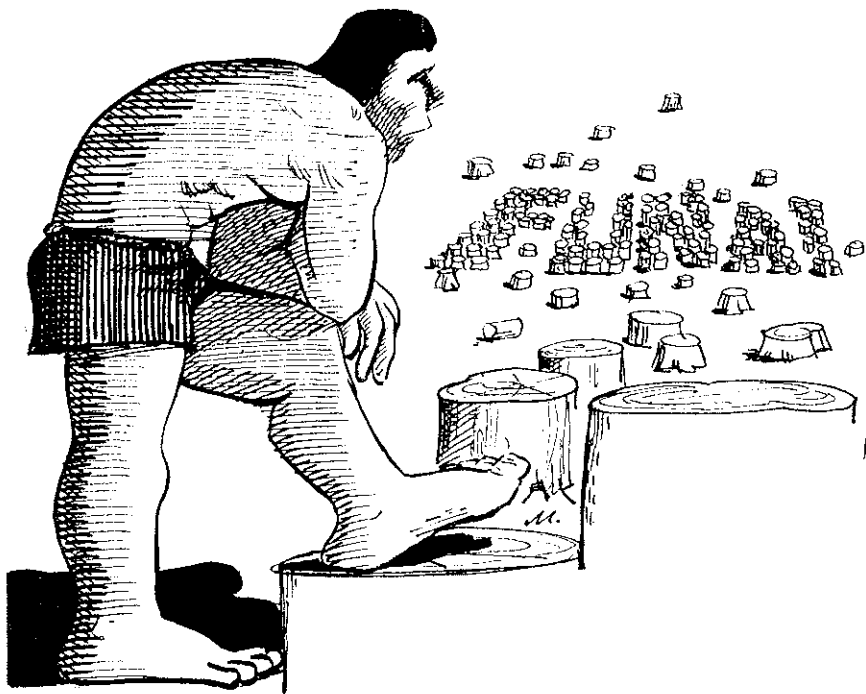
6. De alguns anos para cá a devastação e depredação da Amazônia alcançaram dimensões alarmantes. Milhares de quilômetros quadrados de mata virgem foram queimados e transformados em pastagens ou simplesmente destruídos para conseguir incentivos fiscais, já que, por uma absurda política nacional, apenas a derrubada da floresta é considerada "benfeitoria".

7. Mais de 300.000 garimpeiros, atraídos pelo fascínio do ouro e ao mesmo tempo vítimas de uma política agrária que os deserdou e expulsou do campo, mergulham nos rios e cavam o solo em busca do metal precioso. O mercúrio usado na depuração do ouro, além de outros resíduos químicos,

polui as águas e contamina os peixes transformando-os em alimento envenenado.

8. A pesca predatória e gananciosa favorece o êxodo rural e causa a escassês do pescado para o povo ribeirinho.

9. Centenas de empresas mineradoras lotearam a Amazônia e arrancaram de seu subsolo os minérios para exportá-los a preços vis. Onde há povos indígenas, eles são aliciados por favores imediatistas ou suas lideranças são cooptadas para consumir o saque. Outras vezes, povos inteiros são clandestinamente eliminados, massacrados ou morrem em consequência de epidemias provocadas. Constrange ver o povo Yanomami e muitos outros povos indígenas assaltados em suas terras e vitimados pela violência, pela doença e desintegrados em sua frágil estrutura social.



10. Milhões de árvores de madeiras de lei também são derrubadas a cada ano sem que se leve a sério o reflorestamento correspondente à extração madeireira. Milhões de seringueiras e castanheiras são destruídas, tirando a fonte de vida de milhares de famílias. As leis são desrespeitadas. Os órgãos governamentais são inoperantes e às vezes comprometidos diretamente com a transgressão dos dispositivos legais em vigor.

11. Projetos faraônicos de construção de barragens e hidrelétricas são um outro ataque ao meio ambiente, inundando milhares de quilômetros quadrados de mata virgem, submergindo o espaço vital de povos indígenas e da população ribeirinha.

12. Estradas cortam hoje a Amazônia de norte a sul, de leste a oeste, e mais estradas são projetadas, surtindo como efeito imediato uma migração incontrolável e uma corrida desenfreada às terras disponíveis ao longo das rodovias e suas vicinais. Na falta de uma autêntica reforma agrária, o latifúndio é o único favorecido às custas do pequeno agricultor, expulso da terra.

13. Outra parte da mata é derrubada a fim de produzir carvão vegetal para alimentar as usinas siderúrgicas no Projeto Carajás.

14. A sangria da Amazônia já chega ao extremo e a criação de Deus geme no estertor de morte. As consequências são catastróficas para todo o ecossistema e ultrapassam, sem dúvida, as fronteiras do Brasil e do Continente. A Amazônia, em ritmo acelerado, irá tornar-se estepe.

15. Povos inteiros perdem suas terras que há séculos habitam e estão à beira da total extinção. Assistimos com espanto a verdadeiros genocídios que já estão em sua fase final de execução. Em nome de um duvidoso progresso e de um desenvolvimento mal entendido destrói-se a selva milenar e aplica-se o golpe fatal aos povos da floresta.

16. Em nome de Jesus Cristo que se manifestou como aquele que veio "para que todos tenham a vida e a tenham em plenitude" (Jo 10,10), levantamos nosso grito e bradamos um NÃO a todos os que programam projetos de morte e agem em detrimento da vida, agredindo a natureza da Amazônia e, em consequência, destroem a vida.

17. Queremos declarar nossa solidariedade com todos os povos, particularmente os indígenas, que são os mais atingidos pelos projetos de morte, planejados ou em execução na Amazônia.

18. Expressamos também nossa solidariedade a todas as pessoas, organismos e entidades comprometidos com os direitos humanos e apelamos a eles que se posicionem clara e publicamente em defesa do meio ambiente e da vida na Amazônia.

19. Apelamos ainda a todos aqueles que ocupam cargos governamentais que escutem o clamor que já não é apenas nacional, mas tem uma dimensão internacional, e que se revistam de uma vontade política e ponham fim a todo este processo de devastação e de morte. Conclamamos as autoridades do Governo para que empreguem recursos em pesquisas e análises científicas para descobrir modos racionais de exploração e aproveitamento dos recursos naturais da região e recorram a técnicas, algumas já milenares, adquiridas pelos habitantes da Amazônia.

20. Apelamos aos empresários para que sejam mais sensíveis a tantos gritos e saibam limitar seus objetivos de lucros às exigências da vida e de mais vida para a humanidade e às gerações futuras.

21. Apelamos às instituições financiadoras de grandes projetos que condicionem seus créditos a compromissos sérios e fidedignos de respeito pela natureza e pelo homem da Amazônia.

22. Pedimos a todo o povo da Amazônia, nativo e adventício, que tome consciência dos perigos de vida a que incorrerá dentro de poucos anos, se este processo devastador e de poluição não for detido.

23. Insistimos que se organize uma luta pacífica, mas firme e incessante, contra todos os projetos que levam à destruição da natureza da qual depende a vida de todas as criaturas.

24. Finalmente conclamamos nossas igrejas locais, para que, na sua ação pastoral, assumam uma programação de trabalho constante de conscientização do povo, para que, unindo fé e vida, ele possa fazer ouvir sua voz e posicionar-se contra projetos que, em nome do progresso, trazem destruição, miséria e morte.

25. Adorar o Pai "em espírito e verdade" (Jo 4,23), também é engajar-se para que a obra do Criador seja respeitada em sua grandeza, beleza e harmonia. "Praticar a verdadeira religião" (cf. Tg 1,27) e solidarizar-se com os últimos é hoje assumir a defesa do meio ambiente e comprometer-se com a defesa da vida e viver o Plano do Pai.

Belém, 15 de fevereiro de 1990

Bispos dos Regionais
Norte 1 e Norte 2

**A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS EM 1989 E A
REDUÇÃO DE SUAS TERRAS DURANTE O GOVERNO SARNEY**

No início deste ano, o Cimi realizou um levantamento sobre a violência praticada contra os povos indígenas no decorrer de 1989. A constatação, como em anos anteriores, é que o cotidiano desses povos continuou sendo marcado pelos mais variados tipos de agressões.

O número de assassinatos em 1989 devido a conflitos de terra, exatamente 10, diminuiu em relação ao ano anterior, quando 28 índios foram mortos pelo mesmo motivo. No entanto, verificou-se que pelo menos 870 índios foram atingidos em 1989 por algum tipo de epidemia. Este número inclui apenas uma parte dos 15% da população Yanomami de Roraima dizimada especialmente pela malária nos dois últimos anos.

Ainda no ano passado, outros 20 índios morreram ou vítimas de algum tipo de violência ou simplesmente por falta de assistência médica. Cinquenta e três sofreram alguma agressão envolvendo policiais. O povo mais atingido foram os Makuxi. Pelo menos três vezes durante o ano suas terras foram invadidas por policiais militares e civis que colocaram fogo em várias casas.

Esses número, no entanto, são parciais e não refletem toda a violência praticada contra os índios, já que muitos casos não são sequer denunciados. Para o levantamento, o Cimi utilizou notícias publicadas na grande imprensa, no jornal PORANTIM e as denúncias fornecidas pelos seus Regionais. Todas foram objeto de confirmação.

REDUÇÃO DE TERRA

Diferentemente do que afirmou a propaganda oficial, as terras indígenas sofreram redução nos cinco anos do governo José Sarney. Nesse período, não mais que 59 áreas foram declaradas de ocupação indígena e apenas 29 foram homologadas, num total de 7.962.088 ha, e não 33 milhões de hectares como o ex-presidente Sarney anunciou. O problema é que, considerando as propostas originais de demarcação feitas pela Funai, as declara-

ções significaram uma redução de 42,5% das terras indígenas. As homologações, 10,4%. Só os Yanomami perderam 76,4% de seu território tradicional.

Esses números referem-se apenas às terras que receberam algum tipo de providência demarcatória no período, e não ao total dos territórios indígenas existentes no país. A declaração é uma das primeiras providências do longo processo de demarcação; a homologação é o ato do presidente da República que confirma a demarcação física da área.

O levantamento que publicamos em seguida consta do balanço que o Cimi realizou sobre a política indigenista durante o governo Sarney. A íntegra dos quadros sobre demarcação de terras no período, assim como o documento, pode ser solicitado ao Cimi pelo correio. Todos os dados aqui utilizados são da própria Funai.

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTES(S)
Assassinatos			
1 GUAJAJARA Gilmar Menezes 19 abril Al Cana Brava Barra do Corda (MA)	Gilmar é estrangulado e tem o pescoço quebrado pelo não-índio Nonato Matos e outro não identificado. O assassinato ocorre na AI e tem como causa conflito fundiário.		Jornal Debate 05-05-89
1 KAINGANG Darci Camilo 04 março Al Nonoal Nonoal (RS)	Depois de haver colaborado na demarcação da AI, o cacique Kaingang é morto com 2 tiros na cabeça. O corpo foi sepultado sem autópsia, que somente seria feita 45 dias depois, a pedido do delegado de São Valentim (RS). Os índios não têm dúvidas que o crime está relacionado com a demarcação da área.	Delegado Federal inicia investigações.	Jornal do Brasil 01-07-89 Bol. CIMI Sul nº 35
1 KAIOWÁ-GUARANI Andolino Fernandes 12 outubro Al Dourados Dourados (MS)	O Kaiowá é encontrado morto nas proximidades do posto da Funai com vários ferimentos na cabeça causados por golpes de porrete.		Correio do Estado 14-10-89
3 KORUBO 03 setembro Rio Itaquaf Benjamin Constant (AM)	15 homens armados perseguem 4 Korubo, matando 3 deles na confluência dos rios Ituf e Itaquaf. Os assassinatos foram praticados por João Vieira e os pescadores conhecidos como Gonzaga e José Ribamar, de Benjamin Constant e Tabatinga. As mortes foram planejadas na casa do seringueiro Sebastião Costa.	PF resgatou os corpos trucidados no dia 18 ou 19/11, abrindo inquérito em Tabatinga.	Jornal do Brasil 23-10-89 Cor. Brasileira 23-10-89 Porantim Dez/89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
2 YANOMAMI 08 agosto Al Surucucus (RR)	Segundo a CCPY, os índios reagem à presença dos garimpeiros e são mortos. O crime aconteceu perto de um batalhão de fronteira do Exército, em região de atuação prioritária do Projeto Calha Norte.	Procuradoria da República pede informações à PF.	Zero Hora 16-08-89
1 YANOMAMI 12 e 17 julho Maloca Oileitheri (RR)	10 garimpeiros armados invadem a maloca, amarrando 3 Yanomami. Um deles reage e consegue tomar uma arma dos invasores; os garimpeiros retornam à maloca e matam o Yanomami da maloca Oileitheri.	Comunicada do fato pelos Yanomami, a PF de B. Vista diz que iria à área só com autorização da Funai.	CCPY (Comissão pela Criação do Parque Yanomami)
1 YANOMAMI 01 novembro Alto Mucajá (RR)	Assassinado no garimpo Júnior Blefe por um vendedor conhecido como "Já Morreu". O vendedor vinha acusando o jovem Yanomami de ter-lhe roubado alguns cartuchos. Quando um grupo de índios famintos chega ao garimpo em busca de comida, "Já Morreu", embriagado, mata o Yanomami com um tiro no peito, fugindo em seguida.	PF de RR instaura inquérito.	Cor. Braziliense 15-11-89 Jornal do Brasil 15-11-89
Mortes em epidemias – Dados Parciais			
6 CINTA LARGA Fevereiro Parque Aripuanã Aripuanã (MT)	6 Cinta Larga do PI Rio Preto morrem de malária num período de 3 meses. Funai e Sucam submetem 140 Cinta Larga e exames; 12 apresentam resultado positivo.		O Est. Mato Grosso 11-02-89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
6 DENI Setembro Rio Xeruum Itamarati (AM)	Seis Deni morrem de malária no mês de setembro, durante epidemia que atinge mais de 100 deles.	SUCAM fornece medicamentos à Prelazia de Tefé.	Cimi NO I Porantim Out/89
5 KAXARARI Mai Set Al Kaxarari Lábrea (AM)	3 adultos e 2 crianças morrem de febre, malária e de-sintéria. Segundo os Kaxarari, as mortes iniciaram depois que a construtora Mendes Jr. construiu um lago de águas paradas nas nascentes do Igarapé Azul, para permitir a exploração de brita. A área pertence aos Kaxarari, mas ficou fora da demarcação. Em relação ao contrato após seu vencimento ele não é renovado pela comunidade.	O IAMA entra c/representação junto à Proc. da República para garantir o direito dos Kaxarari à terra.	Jornal do Brasil 09-09-89 CIMI
33 YANOMAMI Decorrer do ano Paapiú Mucajal e outras (RR)	Segundo a Funai, 16 Yanomami morrem na Casa do Índio em Boa Vista e pelo menos outros 17 nas malocas assoladas pela epidemia de malária.		Funai
Outras mortes – Dados Parciais			
4 GUAJAJARA 21 outubro Al Bacurizinho Grajaú (MA)	Quatro mulheres Guajajara morrem devido a falta de assistência médica por parte da Funai no Pí Ipú, localizado na Al.	Alguns funcionários da unidade administrativa da Funai em São Luiz são afastados.	Jornal Pequeno 21-10-89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
1 GUAJAJARA Elizabete Maio (MA)	Segundo os Índios, a Guajajara de 24 anos morre com malária e hepatite, pela negligência da Funai com as providências para o tratamento.	Cerca de 470 Guajajara, Krikati e Gavião acampam na sede da Funai em Imperatriz pedindo a substituição do administrador.	O Est. Maranhão 18-05-89
2 JAVAÉ Outubro Aldeia Kagoana PI Araguaia (TO)	Os conflitos entre os Índios da Ilha do Bananal causa duas mortes entre os Javaé. A tensão na área é grande; mais de 6000 posseiros ocupam terras dentro da ilha.		Correio do Brasil 24-01-90
1 KAINGANG Juvellino Paullano 14 de novembro Al Mangueirinha Mangueirinha (PR)	O cacique Kaingang morre em acidente automobilístico. A comunidade acredita que o acidente foi provocado, e suspeita de assassinato. A área vive em conflito com a Slaviero e internamente dividida com relação à venda de madeira.		Cimi Sul
1 KAINGANG Maio Nonoai Nonoai (RS)	No final do mês, um Índio morre atropelado na estrada que corta a Al.		Bol. CIMI Sul nº 37 Jun/89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
<p>5 KAIOWÁ-GUARANI</p> <p>Rosalil Paulo, Brainho Vieira, outros Jan Mai Al Dourados Dourados (MS)</p>	<p>Mais 5 casos de suicídio ocorrem entre os Kaiowá, por enforcamento e envenenamento.</p>		<p>O Est. São Paulo 06-05-89</p>
<p>1 MAKUXI</p> <p>Helem Makuxi 26 set Maloca Araçá (RR)</p>	<p>Nascida com hidrocefalia, o bebê Makuxi morre em Belém aos 6 meses de idade por má assistência médica, inclusive da Funai.</p>		<p>Diocese de RR CIR - Conselho Indígena de Roraima</p>
<p>1 PATAXÓ</p> <p>Antônio F. Santos 16 julho Porto Seguro (BA)</p>	<p>Enquanto assistia uma partida de futebol, Antônio mata com um tiro, por razões ignoradas, um doente mental. É perseguido e, em seguida, linchado com pedradas e pauladas pelos presentes.</p>		<p>Cor. Braziliense 19-07-89 O Est. de S. Paulo 19-07-89</p>
<p>3 TIMBIRA DA GERALDA/ BACABAU</p> <p>setembro Al Krikati Montes Altos (MA)</p>	<p>Oríundos da Al Geralda/Toco Preto, 3 velhos Timbira são mortos de forma violenta pelos Krikati, provavelmente devido a antigas rivalidades entre os dois grupos.</p>		<p>Cimi MA</p>

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
1 TUXÁ Claudionor Silva 23 junho Al Ibo*rama Ibotirama (BA)	Assassinado por rixas pessoais pelo não índio Santo Alvi Barbosa, casado com uma Tuxá que reside na área. Santo A. Barbosa havia sido indicado pela Delegacia Regional da Funai para ser motorista na área, contra a vontade dos índios.	Inquérito instaurado	Cimi NE
Ameaças de morte – Dados Parciais			
1 MAKUXI Gilberto Makuxi 26 fevereiro Boa Vista (RR)	Gilberto é ameaçado de morte através de um telefonema, que exige sua saída de Roraima.		Jornal de Opinião 09-03-89
1 PANKARARU- GERIPANKÓ Genésio Geripankó Água Branca Ouricuri (AL)	Após um encontro entre índios e trabalhadores rurais na Al, jagunços a mando de Zeca Torres, secretário de Segurança Pública de AL e fazendeiro na região, ameaçam de morte o cacique de 60 anos.		Cimi NE
1 TEMBÉ Kelé Aldela Tauari Alto Rio Guamá (MA)	Os madeireiros que atuam no Alto Guamá ameaçam de morte o Tembé, que denuncia a depredação da área.		Cimi NO II

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
<p>1 TIKUNA</p> <p>Leonílio R. Lopes</p> <p>Agosto Al S. Leopoldo</p> <p>Benjamin Constant (AM)</p>	<p>Leonílio é ameaçado de morte por um homem conhecido como Jonas, que participou do massacre dos 14 Tikuna em 1988.</p>	<p>O Tikuna dá parte às autoridades policiais.</p>	<p>Porantim Set/89</p>
<p>2 XAKRIABÁ</p> <p>Raimundo Gomes Antonio Araújo</p> <p>Julho Aldeia S. Domingos</p> <p>Itacarambi (MG)</p>	<p>O cacique Rodrigo impede que a comunidade se reúna para substituí-lo devido aos maus tratos que lhes impõe e os ameaça de morte.</p>		<p>O Est. de Minas 18-07-89</p>
<p>1 XOKÓ</p> <p>Gileno</p> <p>Maio Al Xokó da Ilha de São Pedro Porto da Folha (SE)</p>	<p>A mando de Jorge Pacheco, invasor da Al Xokó, um jagunço ameaça de morte o cacique Gileno. Na época o povo Xokó estava acampado na sede da administração regional da Funai em Maceió, exigindo a agilização do processo demarcatório da Al.</p>		<p>Cimi NE</p>
<p>1 XUKURU</p> <p>Jan Abr</p> <p>Pesqueira (PE)</p>	<p>Fazendeiro Eudim Bezerra e mais dois capangas prometem assassinar o cacique Francisco de Araújo, bem como ameaçam outros Xukuru, que são obrigados a viver em 14 ha.</p>		<p>Folha de S. Paulo 23-02-89 Cimi NE</p>

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
Violência envolvendo policiais – Dados Parciais			
2 KAINGANG Maio Al Nonoai Nonoai (RS)	Os indígenas Ivo Fortes e seu filho Flávio foram alvejados por tiros disparados por um guarda da Polícia Florestal quando juntavam pinhão dentro de suas terras. O menino foi atingido de raspão por uma das balas.		BoI. CIMI Sul nº 36 Mai/89
1 KAPINAWÁ Pedro Kapinawá 30 Jan Buique (PE)	O índio é preso e até a data da denúncia 01/02 continuava sofrendo torturas e necessitando assistência médica.		Folha de Pernambuco 02-02-89
3 MAKUXI Manoel da Silva e outros 08 fevereiro Maloca do Barro (RR)	Os posseiros João da Silva e Dedé, acompanhados da Polícia Civil de Pacaraima, invadem a maloca do Barro e prendem sem explicações o tuxaua Manoel e os índios José Peres e Melquiades Peres Neto, da maloca Miang. Na mesma ocasião, os policiais derrubam a casa de Edson Mariano também de Miang.		A Crítica-RR 14-02-89
5 MAKUXI 25 fevereiro Miang, Surumu	Em operação comandada pelo del. polícia Milair Jesus Nunes, são presos 4 índios, obrigados a por fogo em suas casas, na maloca Miang. À noite o del. prende o padre Pacelli e o índio Firmino. Firmino é torturado para acusar o padre de os incitar a invadir a fazenda Redenção. O padre e os 5 Makuxi permanecem pre-		A Crítica – Manaus 28-02-89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
Boa Vista (RR)	sos à noite na delegacia de polícia de Surumu, e posteriormente são transferidos para Boa Vista, onde são libertados após longo depoimento.		
1 MAKUXI José Luis 18 Março Maloca do Machado (RR)	Policiais Civis acompanham o posseiro José Américo Valentim, que procurava os índios que haviam detido um jagunço que ameaçara a comunidade. José Luis, 17 anos, é espancado para revelar que havia detido o jagunço.		CIR - Conselho Indígena de Roraima
25 MAKUXI 06 Maio Maloca Miang (RR)	36 policiais civis e militares invadem a maloca, queimando 8 casas e alimentos da comunidade. Praticam este abuso de poder sob o argumento de estarem cumprindo decisão liminar de reintegração de posse da Justiça de RR. 25 Makuxi, entre homens, mulheres e crianças, são presos e levados para Surumu.		Diário do Amazonas 10-05-89
MAXAKALI 25 Novembro Al Maxakali Bertópolis (MG)	1 Sargento e 4 PMs de Minas invadem a reserva para apreender facas e facões, usando violência contra mulheres e crianças.	Proc. da República de Minas Gerais pede explicações à Funai e SSP, que negam ter autorizado a invasão.	Jornal do Brasil 04-12-89
14 PATAXÓ HAHAHÃE 29 janeiro Itajú do Colônia (BA)	Os Pataxó vendiam peixe na cidade e são presos acusados de bebedeira. São espancados pelos policiais da PM e soltos no dia seguinte.		Cimi LE

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
<p>2 XUKURU</p> <p>Edilson Leite Cícero dos Santos 25-31 Jan</p> <p>Pesqueira (PE)</p>	<p>A pedido do fazendeiro Eudim Bezerra, para impedir a Dança do Toré, policiais liderados pelo delegado Petronio Goes prendem ilegalmente e torturam os 2 Xukuru. São ameaçados de morte e proibidos de fazer o culto. O fato é denunciado à Secretaria de Segurança Pública de PE.</p>	<p>Inquérito concluído a 13/02 acusa o del. Goes de violento com os Índios. O delegado é transferido para outro município.</p>	<p>Folha de Pernambuco 02-02-89 Diário de Pernambuco 02-02-89 Jornal do Comércio 02-02-89</p>
<p>Atentados e seqüestros – Dados Parciais</p>			
<p>KORUBO</p> <p>Outubro</p> <p>Atalaia do Norte (AM)</p>	<p>Pescadores usam bomba de pesca contra Korubo isolados do rio Utuf, em Atalaia do Norte.</p>		<p>Cimi NO I</p> <p>Porantim Dez/89</p>
<p>1 MAKUXI</p> <p>Júlia Makuxi</p> <p>13 Fev</p> <p>Boa Vista (RR)</p>	<p>4 garimpeiros agride e tentam seqüestrar a vítima para forçá-la a revelar o paradeiro de Davi Yanomami e Gilberto Makuxi, seu marido. Júlia tem hemorragia na hora e suspeita de aborto. O seqüestro não se concretiza graças à intervenção de populares.</p>		<p>Folha de S. Paulo 18-02-89</p>
<p>MAKUXI/WAPIXANA</p> <p>08 Mai</p>	<p>Às 6:00 hs, a sede do CIR (Conselho Indígena de Roraima) sofre um atentado, com 1 tiro disparado por dois desconhecidos, que se refugiam em uma casa localizada em frente à sede da entidade.</p>		<p>Diário do Amazonas 10-05-89 CIR</p>

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
Boa Vista (RR)			
VÁRIAS NAÇÕES 17 Fev Altamira (PA)	Às 19:00 hs são disparados 3 tiros contra o acampamento dos índios que participavam do Encontro dos Povos Indígenas no Xingu, na chácara Betânia. Os autores estavam num fusca e fugiram em seguida. Suspeita-se da UDR.	Registrada queixa-crime e reforçado o policiamento na área.	Folha de S. Paulo 19-02-89
Epidemias – Dados Parciais			
ASURINI-XINGU Al Koatinemo Sen. José Porfírio (PA)	Os Asurini são vítimas da malária causada pelo contato intenso com os ribeirinhos e das doenças de pele, que segundo a equipe volante de saúde da 4ª SUER provém da poluição do rio Xingu por mercúrio.	A Funai planeja a 3ª mudança de local da aldeia em menos de 5 anos.	Cimi NO II
100 DENI Setembro Rio Xeruum Itamarati (AM)	Mais de 100 Deni são atingidos por uma epidemia de malária. A Sucam, quando acionada para socorrer este povo, diz não dispor de medicamentos em Manaus, atrasando o início do tratamento. 6 Deni falecem.		Porantim Out/89
70 GUARANI-NHANDEVA Jan Mai Al Ocof/Avá-Guarani S. Miguel do Iguaçu (PR)	70 casos de malária numa população de 200 Guarani que vivem às margens do lago de águas paradas da hidrelétrica de Itaipú. Os Guarani são atingidos também pela desidratação e pneumonia.		Bol. Cimi Sul nº 35

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
51 KAXARARI Setembro Al Kaxarari Lábrea (AM)	Os Kaxarari contraem malária através dum lago de águas paradas construído pela Mendes Jr, para facilitar a exploração de brita numa pedreira no Igarapé Azul,		Porantim Out/89
646 YANOMAMI Decorrer do ano Mucajáí Paapiú e outros (RR)	646 Yanomami são atendidos em Boa Vista na Casa do Índio e no hospital Cel. Mota, acossados pela malária levada com os garimpeiros. O número não indica aqueles Yanomami acometidos em suas malocas pela epidemia e que não conseguiram chegar à Boa Vista.		Funai
Outros conflitos – Dados Parciais			
ARARA 14 de setembro Altamira (PA)	O conflito entre os Arara e posseiros acentua-se quando estes últimos bloqueiam a Transamazônica.		Jornal do Brasil 16-09-89 Prelazia do Xingú
ARARA BEIRADÃO Abril Aripuanã (MT)	Pistoleiros a mando de fazendeiros bloqueiam acessos à área e o governo do MT propõe sua redução. Os Arara permanecem impedidos de voltar à área.		Cimi MT

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FUNTE(S)
GUAJÁ Janeiro Al Awá Carutaperá (MA)	Peões da Agropecuária Alto Turi expulsam um grupo nômade dos Guajá, sob ameaça de morte. O grupo consegue se refugiar no Posto Guajá, a 50 km da área.		Zero Hora 14-01-89
GUAJAJARA 23 agosto Al Juruá Grajaú (MA)	6 Guajajara encontram posseiros caçando na AI e são recebidos à bala. Os índios revidam com flechadas e matam 2 posseiros.	Funai manda à área 5 PMs e 5 PFs para "manter a ordem" no local.	Jornal do Brasil 25-08-89
3 GUARANI 01 setembro Dourados (MS)	Três índios, provavelmente Guarani, são atropelados na rodovia Dourados-Caarapó por um Fiat de placa 3570, de Caarapó. Rodrigo, Lorita e o filho menor são abandonados no acostamento pelo motorista que deixa de prestar-lhes assistência.	Uma advogada que passava pelo local socorreu a família, internando-a no hospital evangélico, em Dourados.	Correio do Estado 02-09-89
ISOLADOS DO GUAPORÉ KAWAHIB Outubro Reserva Biológica do Guaporé Rolim de Moura (RO)	Garimpeiros (e madeireiros, segundo outras fontes), invadem a área, pondo em risco a sobrevivência dos isolados e contribuindo para o seu extermínio.		Folha de S. Paulo 08-10-89 Porantim Mar/89 Porantim Dez/89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
5 KAINGANG 08 Fev Chapecó Xanxerê (SC)	Um grupo de 20 índios é surpreendido e dominado antes de consumir a emboscada que estava sendo armada para matar o cacique Valdo e mais quatro lideranças. Interrogados pelas autoridades indígenas, afirmam estar agindo sob orientação do chefe de posto, Jair Etol de Moraes, que os recompensaria pelo serviço.	Funai transfere o chefe de posto para Tenente Portela, (RS).	Bol. CIMI Sul nº 34 Fev/89
KAIOWÁ, NHANDÉVA E TERENA Agosto Aís Dourados Caarapó, Lalima e outras Dourados (MS)	As usinas de álcool e açúcar Rio Brilhante, Passatempo, Cachoeira, MS e Brazilândia são denunciadas por tratar índios e trabalhadores rurais em regime de escravidão. Mais de 1000 índios são usados no corte de cana, nas usinas da região, sendo discriminados e ficando muitas vezes sem receber salários. O contrato é feito entre as destilarias e os "cabeçantes" (empregados indígenas), com a mediação da Funai.		Diário da Serra 25-07-89 09-08-89
MAKUXI Março Maloca Miang (RR)	IBDF e PF proíbem os índios de plantarem, sob coerção.		CIR - Conselho Indígena de Roraima
PANKARARU Nov Dez Aí Pankararu Petrolândia (PE)	300 posseiros derrubam a placa de identificação da AI erigida pelos Pankararu. A área está demarcada e homologada desde 1987, mas os posseiros não foram reassentados e reclamam uma solução. A placa é reerguida pelos índios no início de dezembro, com proteção da PF, e novamente é derrubada pelos posseiros.	PF abre inquérito para investigar a autoria.	Cimi NE

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
1 TREMEMBÉ Raimunda de Souza Almofala (CE)	A mando de Djandira Monteiro, a viúva Tremembé é expulsa da AI, espancada e proibida de colher suas plantações. Seu marido já havia sido assassinado em 05-11-88, segundo ela também a mando de Monteiro.		Cimi NE
TUKANO E OUTRAS NAÇÕES DO ALTO RIO NEGRO Junho Al lauauretê S. Gabriel da Cachoeira (AM)	Soldados e oficiais do Exército, comandados pelo tenente Schroeder, do 5º BEF, intervêm em Assembléia Indígena tentando impedir a manifestação dos índios contra as colônias indígenas, com a prisão de dois assessores jurídicos e um jornalista do CIMI que assessoraram a reunião.		Porantim Jul-89 A Crítica Manaus 13-07-89
4 XAVANTE 22 Jun Al Parabubure Barra do Garça (MT)	Cerca de 30 Xavante atacam com bordunas e flechas um grupo de 8 pescadores, matando 2 e ferindo 1. 4 Xavante saem feridos a bala. O conflito ocorre porque os pescadores teimavam em colocar telas no rio Couto de Magalhães, impedindo os peixes de chegarem à área.		O Globo 24-06-89 Cor. Braziliense 24-06-89
XUKURU-KARIRI Abril Mata da Cafuma Palmeira dos Índios (AL)	Um desconhecido armado penetra na AI e ameaça a comunidade. Os índios tomam-lhe a arma e a entrega ao chefe de posto.		Cimi NE

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
3 YANOMAMI Júlio Goes, Renato Teodoro 09 Jan Al Maturacá (AM)	O não-índio Araújo, casado com a filha do líder Renato, envolve-se numa briga com os 3 Yanomami por motivos ignorados. Há tiroteio, Araújo morre na hora e os índios saem gravemente feridos.	Funai envia médico e enfermeira para a área.	A Crítica – Manaus 11-01-89
Município – Dados Parciais			
GUAJAJARA Outubro Al Cana Brava Barra do Corda (MA)	Constituição do Maranhão transformou em município o povoado de São Pedro dos Cacetes, habitado por 5 mil colonos e encravado em terra Guajajara.		Cimi MA
TIKUNA Outubro Al Uati-Paraná Al Evare I (AM)	Constituição do Estado do Amazonas cria os municípios de Uati-Paraná e Belém do Solimões nas áreas Tikuna Uati-Paraná e Evare I, respectivamente. Evare I, em novembro desse mesmo ano, teve sua extensão original (596 mil ha) reduzida para 313.125 ha através da Portaria PP 9601/89.	A COIAB (Coord. Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), requer à Procuradoria G. da República a inconstitucionalidade do art. 12 da Constituição Estadual.	
TUKANO E OUTRAS NAÇÕES Outubro Al Iauareté (AM)	Criação de município Iauareté em Al dos Tukano e outras nações da “Cabeça do Cachorro” pela constituição do Estado do Amazonas. É área de abrangência do Projeto Calha Norte.	A COIAB (Coord. Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), requer à Procuradoria G. da República a inconstitucionalidade do art. 12 da Constituição Estadual.	Porantim Jul/89 Porantim Out/89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTES(S)
Garimpeiros – Dados Parciais			
AVÁ-CANOEIRO 26 abril Al Avá-Canoeiro Minaçú (GO)	Mais de 100 garimpeiros invadem a área dos Avá-Canoeiro.	Procuradoria Jur. da Funai impetra mandado de Segurança p/ retirada dos garimpeiros. O pedido é deferido por juiz fed. e a área reintegrada aos índios Avá.	O Popular 28-04-89
URU-EU-UAU-UAU Mai Dez Al Uru Eu Uau Uau Ji-Paraná (RO)	Entre maio/julho uma balsa de Sebastião Fandinho, dono do seringal S. Luiz, localizado dentro das terras Uru-Eu-Uau-Uau, explora o rio Pacaas Novos em busca de diamantes. Em dezembro, no norte da área em Campo Novo, distrito de Ariquemes, uma invasão de 100 a 200 garimpeiros de cassiterita é denunciada à Funai. No mesmo mês, segundo a polícia florestal, no limite sudoeste da área, 400 garimpeiros em busca de ouro penetram na área através do seringal São João do Branco do dep. fed. Moisés Bennesby (PMDB-RO) que propõe redução da área.	Em agosto, alertada s/ a exploração de diamantes no rio Pacaas Novos a PF apreende a balsa e o maquinário de Sebastião Fandinho.	Funai-RO O Est. de S. Paulo 28-01-90
XAVANTE Aldeia Água Branca Água Boa (MT)	Vários focos de invasão garimpeira são verificados pela comissão do Núcleo de Pesquisas Indígenas da UNI (União das Nações Indígenas).		Folha de S. Paulo 04-12-89
Invasão de colonos e posseiros – Dados Parciais			
TAPUIA	Invasão da área por cerca de 200 posseiros, segundo denúncia de d. José Carlos de Oliveira	O bispo pede ao secretário do Meio Ambiente de GO o desintrusamento da área.	Folha de S. Paulo 03-10-89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

NAÇÃO INDÍGENA NOME(S) DATA E LOCAL	CONTEXTO E AUTORIA	PROVIDÊNCIAS E RESULTADOS	FONTE(S)
Setembro Al Carretão Rubiataba (GO)			
URU-EU-UAU-UAU Dezembro Al Uru-Eu-Uau-Uau	Funcionários da prefeitura de Jarú (RO) denunciam invasão de 600 colonos, entre os PIs Cajueiro e Alto Jarú, incentivados pelo administrador do distrito municipal de Tarilândia.		Funai-RO
Estradas – Dados Parciais			
WAIMIRI-ATROARI Al Waimiri-Atroari (AM)	Subsidiária da Paranapanema, a Timbó Ind. de Min. Ltda, além de invadir a área e construir uma estrada através de um contrato assinado em 82 com a Funai, não acata o pedido da Procuradoria Geral da República de interdição da estrada, com 38 kms, que corta a área.	Procuradoria Geral da República propõe Ação Civil Pública. Juíza federal concede decisão liminar p/ sustar a utilização da estrada. TFR-1ª Região caça a decisão liminar.	Porantim Dez/89 Folha de S. Paulo 14-01-90
Hidrelétricas – Dados Parciais			
NAMBIKWARA Rio 12 de Outubro Comodoro (MT)	Funai autoriza a empresa particular "Góes Cohabita", do deputado Joacir Góes, a construir uma hidrelétrica no rio 12 de Outubro, que geraria energia para Vilhena. Para a obtenção da aprovação dos Nambikwara, a empresa fornece-lhes remédios e alguns pneus para um caminhão, além de consertar o trator da comunidade.	Pedido suspensão construção hidrelétrica pelo subproc. da República (Ago). Índios e um dep. estadual fazem representação à Procuradoria (Nov).	Porantim Out/89 Porantim Dez/89

A VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL EM 1989

- * 10 assassinatos
- * 50 mortes em epidemias
- * 20 outras mortes
- * 8 ameaças de morte
- * 53 objeto de violências envolvendo policiais
- * 3 atentados e 1 tentativa de seqüestro
- * 867 atingidos por epidemias
- * 17 povos vítimas de outros conflitos (índios baleados, espancados, expulsos da área, proibidos de plantar, ameaçados, escravizados).

TERRAS INDÍGENAS DECLARADAS DE OCUPAÇÃO – 1985 a 1989

Região	Terra Indígena	Área Indígena	%	Colônia Indígena	%	Total Demarcado	%	Redução	%	Acréscimo	%
Norte	26.242.207	13.009.246	49,6	2.090.034	7,9	15.099.280	57,5	11.398.390	43,4	255.463	0,9
Nordeste	381.776	93.066	24,4	125.000	32,7	218.066	57,1	166.330	43,5	2.620	0,6
Centro-Oeste	784.325	710.337	90,6	–	–	710.337	90,6	78.096	9,9	4.108	0,5
Sudeste	5.070	5.070	100	–	–	5.070	100	–	–	–	–
Sul	390	–	–	390	100	390	100	–	–	–	–
Total	27.413.768	13.817.719	50,4	2.215.424	8,0	16.033.143	58,4	11.642.816	42,5	262.191	0,9

TERRAS INDÍGENAS HOMOLOGADAS – 1985 a 1989

Região	Terra Indígena	Área Indígena	%	Colônia Indígena	%	Total Demarcado	%	Redução	%	Acréscimo	%
Norte	6.225.216	5.499.328	88,3	–	–	5.499.328	88,3	898.919	14,4	173.031	2,7
Nordeste	433.688	8.100	1,9	425.588	98,1	433.688	100	–	–	–	–
Centro-Oeste	1.979.289	1.975.844	99,8	1.743	0,1	1.977.587	99,9	1.702	0,1	–	–
Sudeste	51.485	51.485	100	–	–	51.485	100	–	–	–	–
Sul	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	8.689.678	7.534.757	86,7	427.331	4,9	7.962.088	91,6	900.621	10,4	173.031	2,0

FLORESTAS NACIONAIS INCIDENTES EM TERRAS INDÍGENAS – 1989

FLONA	UF	EXTENSÃO (ha)	TERRAS INDÍGENAS ATINGIDAS	POVO INDÍGENA	ATO
Pari-Cachoeira I	AM	18.000	Pari-Cachoeira	Tukano e outros	P.I. 88/89
Pari-Cachoeira II	AM	654.000	Pari-Cachoeira	Tukano e outros	P.I. 88/89
Cubatê	AM	416.532	Iauaretê	Tukano e outros	P.I. 25/89
Urucu	AM	66.496	Iauaretê	Tukano e outros	P.I. 25/89
Taracú I	AM	647.745	Taracú	Tukano e outros	P.I. 29/89 e Dec. 98.440/89
Taracú II	AM	559.504	Taracú	Tukano e outros	P.I. 29/89 e Dec. 98.440/89
Içana-Aiari	AM	491.400	Içana-Aiari	Kuripaco, Baniwa, Kobewa	P.I. 27/89
Xiê	AM	407.936	Içana-Xiê	Warekena, Baré, Baniwa etc.	P.I. 26/89
Cutarê	AM	109.519	Cubatê	Baniwa, Kobewa, Baré	P.I. 28/89
Içana	AM	200.561	Cubatê	Baniwa, Kobewa, Baré	P.I. 28/89
Piraiauara	AM	631.437	Cubatê	Baniwa, Kobewa, Baré	P.I. 28/89
Amazonas (*)	AM	1.573.100	Yanomami	Yanomami	Dec. 97.546/89
Roraima (*)	RR	2.664.685	Yanomami	Yanomami	Dec. 97.545/89
Mapiá/Inauini	AM	311.000	Teuini/Inauini	Deni	Dec. 98.051/89
TOTAL		8.751.915			

ÁREAS DESTINADAS AO EXÉRCITO LOCALIZADAS EM TERRAS INDÍGENAS – 1989

GLEBA	EXTENSÃO (ha)	LOCALIZAÇÃO (AI)	EXTENSÃO DA AI (ha)	REDUÇÃO EM %
Tacana	122.490	Évare 1	596.000 (1)	20,55
Rio Pardo	188.750	Waimiri/Atroari	2.440.000	7,73
Matrinxã-Proj. Fund. Vale do Araguaia	5.300	São Marcos	188.478	2,81
25 de Setembro e Afluentes-Proj. Fund. Boca do Acre	49.100	Peneri-Tacaquiri	224.850 (2)	21,83
TOTAL	365.640		3.449.328	10,6

(1) Interditada pela Portaria PP 2746, de 31/07/87, Évare I teve seus 596.000 ha reduzidos para 313.125 ha através da Portaria PP 960/89.

(2) Com 224.850 ha iniciais, conforme previa a Portaria 3763, de 13/11/87, Peneri/Tacaquiri foi reduzida a 120.000 ha conforme o Parecer 203/88 aprovado pelo GTI 94.945/87, no dia 15/09/88.